

MACROECONOMIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2014–2024): UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO, INFLAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO CENTRO-SUL DO CEARÁ

Área Temática: Desenvolvimento Regional, Urbano, Rural e Sustentabilidade

Resumo: Este artigo integra os resultados do Projeto de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA) e investiga a conjuntura macroeconômica brasileira entre 2014 e 2024 e sua relação com os indicadores de crescimento, inflação e mercado de trabalho nos treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará. A pesquisa, aplicada e quanti-qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e ex-post-facto, utiliza dados secundários do IBGE, do Banco Central do Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego, comparando as trajetórias nacionais e regionais e calculando a taxa média geométrica de crescimento (CAGR) dos municípios. Em escala nacional, o período foi marcado por recessão em 2015-2016, ajuste fiscal no governo Temer, choque pandêmico em 2020 e retomada a partir de 2022, movimentos reproduzidos na região com defasagem e intensidade próprias. O PIB real regional cresceu apenas 0,87% ao ano entre 2014 e 2023, com forte concentração em Iguatu (38,51% do produto em 2023 e 48,25% do emprego formal em 2024), enquanto municípios menores, como Ipaumirim (+3,84% a.a.), Saboeiro (+3,22% a.a.) e Quixelô (+3,12% a.a.), registraram os maiores CAGRs, revelando dinâmicas de desenvolvimento endógeno. O mercado de trabalho manteve estrutura dual, com recuperação do emprego formal pós-pandemia seguida de recuo em 2024. Conclui-se que as transformações macroeconômicas nacionais repercutem de forma heterogênea no território, reforçando assimetrias intrarregionais e apontando a necessidade de políticas diferenciadas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Assimetria territorial; Semiárido; Emprego formal; Causação circular cumulativa; PIB municipal.

1 INTRODUÇÃO

Entre 2014 e 2024, a economia brasileira atravessou o ciclo mais instável de sua história recente. A desaceleração do início da década converteu-se na recessão de 2015-2016, foi seguida por um ajuste fiscal de longo prazo, pelo choque sanitário e econômico da pandemia de Covid-19, em 2020, e por uma retomada que, a partir de 2022, conviveu com juros elevados. O problema que se coloca, contudo, não é apenas macroeconômico, pois choques dessa magnitude não se distribuem de maneira uniforme pelo território. Regiões com base produtiva pouco diversificada, forte dependência de transferências públicas e mercado de trabalho predominantemente informal absorvem a retração com mais intensidade e recuperam-se mais lentamente, de modo que uma crise nacional se converte em aprofundamento das desigualdades regionais (Bonelli; Veloso, 2016; Bellingieri, 2017).

Três indicadores dimensionam esse problema. No plano nacional, o PIB recuou 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, acumulando perda real superior a 6,5% em dois anos, e voltou a cair 3,3% em 2020. No plano dos preços, o IPCA atingiu 10,67% em 2015 e 10,06% em 2021, comprimindo o poder de compra exatamente nos dois momentos de maior fragilidade do emprego. No plano regional, recorte desta pesquisa, o PIB real dos treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará cresceu, entre 2014 e 2023, a apenas 0,87% ao ano, enquanto o estoque de emprego formal, de 32.903 vínculos em 2014, caiu a 27.110 em 2020, com perda de 5.793 postos, e encerrou 2024 em 33.958, praticamente o mesmo patamar de uma década antes. Uma década de crescimento real quase nulo é a medida concreta do problema.

A literatura sobre o período é abundante, mas segmentada. Há um conjunto consolidado de análises da conjuntura macroeconômica nacional, dedicado às causas da crise, ao ajuste fiscal e à política monetária (Bonelli; Veloso, 2016; Monteiro, 2018; Corsi, 2018; Araujo, 2025; Oreiro, 2025), e um conjunto igualmente robusto de estudos sobre desenvolvimento regional, polos de crescimento e desenvolvimento endógeno (Perroux, 1955; Myrdal, 1957; Bellingieri, 2017; Zaleski Neto, 2018; Lima, 2019). Os dois conjuntos, porém, raramente se encontram em um recorte municipal do semiárido. Os dados necessários a essa articulação são públicos e

conhecidos, como o PIB dos Municípios, o IPCA, as séries do Banco Central, a RAIS, o CAGED e a PNAD Contínua, mas circulam dispersos, em periodicidades e unidades distintas, o que impede a leitura simultânea das escalas. A lacuna é, portanto, menos de informação do que de articulação, pois falta um painel que ponha lado a lado as trajetórias nacional e municipal, deflacionadas e indexadas a uma base comum, capaz de mostrar se, quando e com que intensidade os choques nacionais chegaram ao território.

Desse problema deriva a pergunta que orienta a pesquisa: em que medida as transformações da conjuntura macroeconômica brasileira, entre 2014 e 2024, repercutiram nos indicadores de crescimento econômico, inflação e mercado de trabalho dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará? O objetivo geral é investigar essa relação; os objetivos específicos são caracterizar a conjuntura nacional do período, identificando as inflexões de política econômica de cada governo; descrever a evolução dos indicadores regionais de produto, preços e emprego formal; e comparar as duas escalas, identificando convergências, defasagens e assimetrias intrarregionais.

A contribuição do estudo é dupla. No plano empírico, organiza em um único painel longitudinal, coerente e reproduzível, séries hoje dispersas, oferecendo um retrato municipal do semiárido cearense que cobre uma década inteira de instabilidade macroeconômica. No plano analítico, mostra-se que a região não é receptora passiva dos choques nacionais. Enquanto o polo regional, Iguatu, concentra 38,51% do produto e 48,25% do emprego formal e apresenta estagnação real, municípios de menor porte, como Ipaumirim, Saboeiro e Quixelô, registram as maiores taxas de crescimento do período, evidência que dialoga simultaneamente com a lógica concentradora dos polos de crescimento e com as leituras do desenvolvimento endógeno. O artigo, resultado de Projeto de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA), pretende subsidiar o debate sobre políticas territorialmente diferenciadas.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em quatro seções. A segunda apresenta o referencial teórico, que discute o esgotamento do ciclo de crescimento da primeira metade da década de 2010 e as inflexões de política econômica dos governos Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. A terceira descreve os métodos, abrangendo a área de estudo e o recorte temporal, o delineamento da pesquisa, as fontes e o tratamento dos dados e as limitações do desenho adotado. A quarta reúne os resultados e a discussão, do panorama macroeconômico regional aos índices de evolução do produto, do emprego formal e dos preços, ao mercado de trabalho e à informalidade, à heterogeneidade intrarregional e à interpretação dos achados à luz das teorias do desenvolvimento regional. A quinta seção traz as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Esgotamento do ciclo de crescimento e transição para o cenário de crise

A crise da primeira metade da década de 2010 resultou de desaceleração gradual, após um ciclo favorecido pelo comércio internacional, pelas commodities e pelo mercado interno. Para Bonelli e Veloso (2016, p. xiv), os problemas ultrapassavam oscilações de curto prazo e associavam-se a um desaquecimento da produtividade, tanto do trabalho como do capital. A distinção separa dois regimes de crescimento. Incorporar mais trabalhadores e máquinas é expansão extensiva, limitada pela disponibilidade de fatores, enquanto elevar o produto por unidade de fator é expansão intensiva, a única sustentável.

Reis (2024) registra que, sem consenso quanto às causas, as correntes reconhecem essa perda de dinamismo e situam no debate a Nova Matriz Econômica, arranjo de crédito público dirigido, juros administrados e desonerações que deveria elevar a Formação Bruta de Capital Fixo, o investimento que amplia a capacidade produtiva futura. Segundo o autor, a resposta não veio e a retração da FBCF intensificou o quadro recessivo, diagnóstico aqui incorporado como leitura da literatura, e não como resultado próprio, pois a série de investimento não integra os

indicadores reunidos nesta pesquisa. Monteiro (2018) acrescenta que a arrecadação é pró-cíclica, de modo que a desaceleração piora o resultado fiscal por efeito do ciclo, e não por descontrole do gasto.

2.2 Governo Dilma Rousseff (2014–2016): crise econômica e deterioração dos indicadores macroeconômicos

No governo Dilma Rousseff (2014–2016), a queda do produto conviveu com inflação elevada, configuração restritiva porque demanda respostas opostas, expansão para sustentar a atividade e contração para conter preços (Reis, 2024). A Tabela 1 reúne os seis indicadores que permitem acompanhar essa deterioração simultânea.

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos do Brasil (2014–2018)

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (% em volume)	0,5	–3,5	–3,3	1,3	1,7
IPCA (%)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75
Selic (%)	10,96	13,47	14,18	10,15	6,58
Câmbio (R\$/US\$)	2,35	3,33	3,48	3,19	3,65
NFSP (% PIB)	–0,94	0,79	2,4	2,38	1,41
Desemprego (%)	6,9	8,6	11,6	12,85	12,37

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (SIDRA), Banco Central do Brasil (SGS) e Ipeadata (2024).

A leitura conjunta das linhas mostra deterioração generalizada, e não setorial. O produto recua em dois anos consecutivos, a Selic sobe a 14,18%, o câmbio salta de R\$ 2,35 para R\$ 3,48 por dólar, o desemprego quase dobra e a necessidade de financiamento do setor público inverte de sinal, passando a exigir captação crescente. A pressão de preços de 2015 opera por dois canais, o realinhamento dos administrados, antes contidos, e o repasse cambial, pelo qual a desvalorização encarece importados e insumos.

O recuo posterior da inflação decorre da dissipação desses choques, da política contracionista e da ampliação da ociosidade, a distância entre produto efetivo e potencial, que reduz o poder de fixação de preços das empresas. A sequência ilustra o custo do ajuste pela via monetária, pois juros altos contêm preços comprimindo demanda, e a demanda comprimida aparece primeiro no emprego. Daí o pico de preços de 2015 anteceder em dois anos o pico de desemprego registrado na Tabela 1 (Bonelli; Veloso, 2016; Monteiro, 2018).

2.3 Governo Michel Temer (2016–2018): ajuste econômico e reformas estruturais

A crise econômica e institucional do fim do governo Dilma alterou a orientação da política econômica a partir de 2016, após o impeachment concluído em 31 de agosto daquele ano, sob acusação de crime de responsabilidade fiscal associado às “pedaladas fiscais”. Com a posse de Michel Temer, a agenda priorizou o ajuste fiscal, associado por Santana e Costa (2017) a políticas de austeridade, isto é, à redução deliberada do gasto público como via de recomposição da confiança, pressuposto contestado pelo efeito contracionista da contenção em economias com demanda já deprimida.

Os dois instrumentos centrais operam sobre bases distintas. A Emenda Constitucional nº 95/2016 instituiu um teto para a despesa primária corrigido apenas pela inflação, o que congela o gasto em termos reais e o reduz em proporção ao PIB sempre que a economia cresce. A Lei nº 13.467/2017 atuou sobre o contrato de trabalho, com prevalência do negociado sobre o legislado e ampliação de formas atípicas, movimento que Galvão et al. (2019) associam à precarização e ao avanço da informalidade.

Os efeitos aparecem na Tabela 1, com retomada do crescimento em 2017 e 2018. Para Corsi (2018, p. 41), porém, “o fraco desempenho dos investimentos indica que a recuperação é ainda muito frágil”, pois investir depende de expectativas de demanda futura e, com capacidade ociosa elevada, a empresa prefere ocupar a capacidade existente a criar capacidade nova.

2.4 Governo Bolsonaro (2019–2022)

O Governo Bolsonaro herdou, em 2019, a recessão, o avanço da informalidade e o teto de gastos, e radicalizou esse modelo sob o que Araujo (2025) denomina neoliberalismo radical, programa em que privatização, abertura e flexibilização valem como fins em si mesmos, e não como instrumentos de estabilização (Tabela 2).

Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos do Brasil (2019–2022)

Indicador	Governo Bolsonaro (2019-2022)			
	2019	2020	2021	2022
IPCA (%)	4,31	4,52	10,06	5,79
Selic meta – fim do ano (%)	4,50	2,00	9,25	13,75
Selic efetiva – média (%)	5,94	2,79	4,42	12,43
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,95	5,16	5,40	5,17
PIB – variação anual (%)	1,2	–3,3	4,7	3,8
Particip. força de trabalho (%)	63,5	59,1	61,1	62,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e do Banco Central do Brasil.

As reformas redefiniram regras centrais. A EC nº 103/2019 elevou a idade mínima de aposentadoria, a Lei da Liberdade Econômica ampliou formas de contratação e a LC nº 179/2021 formalizou a autonomia do Banco Central, desenho que fixa mandatos para a diretoria e, como efeito, subordina a política fiscal a um juro que o Executivo não controla. O contexto é de informalidade estrutural, já que Galvão et al. (2019) registram avanço dos ocupados informais de 46,3% para 50,3% entre 2014 e 2018.

O primeiro ano mostrou que a sinalização liberal era insuficiente. A Tabela 2 registra Selic de 4,50% com PIB de apenas 1,2% em 2019, combinação que ilustra o argumento de que o investimento não responde a juros baixos quando a demanda esperada é fraca, fragilidade que Oreiro (2025) atribui a condições estruturais anteriores à pandemia. Em 2020, o choque sanitário forçou a ruptura com a austeridade, e o Auxílio Emergencial operou como substituto dos estabilizadores automáticos para quem está fora do mercado formal (Vazquez; Schlegel, 2023). A alta de 2021 foi rebote cíclico da reabertura, sem mudança estrutural (Araujo, 2025).

2.5 Governo Lula (2023–2024)

O biênio 2023-2024 tentou retomar uma agenda inclusiva sob restrições políticas, fiscais e monetárias simultâneas (Tabela 3).

Tabela 3 – Indicadores macroeconômicos do Brasil (2023–2024)

Indicador	III Governo Lula (2023-2024)	
	2023	2024
IPCA (%)	4,62	4,83
Selic meta – fim do ano (%)	11,75	12,25
Selic efetiva – média (%)	13,20	10,84
Câmbio médio (R\$/US\$)	5,00	5,39
PIB – variação anual (%)	2,8	3,4
Particip. força de trabalho (%)	61,8	62,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e do Banco Central do Brasil.

Sena Júnior, Miguel e Filgueiras (2023) observam que o presidencialismo de coalizão tornou-se mais custoso com um Congresso de direita que acumulara poder sobre a execução orçamentária, o que reduz a margem para avanços distributivos. O Arcabouço Fiscal substituiu o teto rígido por uma regra que vincula o crescimento real da despesa à variação da receita, com limite de 2,5% ao ano, desenho que, segundo Vazquez e Schlegel (2023), exige PIB acima de 3,57% ao ano para que a despesa social avance em proporção à economia. A Tabela 3 mostra que o limiar não foi alcançado em nenhum dos dois anos, com 2,8% em 2023 e 3,4% em 2024, de modo que a restrição prevista pelos autores se verificou já na estreia da regra. O principal freio, contudo, foi monetário, pois juro nominal alto com inflação em queda eleva a taxa real. Com Selic efetiva média de 13,20% e IPCA de 4,62% em 2023, o custo real do crédito aproximou-se de 8% ao ano, patamar que restringe consumo e investimento quando a atividade ainda se recompõe e que Oreiro (2025) considera injustificável.

Ainda assim, a atividade cresceu nos dois anos, o IPCA retornou ao intervalo da meta e o Bolsa Família reestruturado, com a valorização real do salário mínimo, recompôs parte dos instrumentos de renda (Vazquez; Schlegel, 2023).

Esses movimentos nacionais não se manifestaram de forma homogênea no território.

3 MÉTODOS

3.1 Área de estudo e recorte temporal

A pesquisa trabalha com duas escalas. A nacional examina a conjuntura pelo produto, pelos preços, pelos juros, pelo câmbio e pela participação na força de trabalho, enquanto a regional observa como esses movimentos apareceram na Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará. O recorte de 2014 a 2024 abarca quatro gestões presidenciais, o ciclo recessivo de 2015-2016, o choque da pandemia e a retomada iniciada em 2022.

A região é uma das regiões de planejamento oficialmente definidas pelo Governo do Ceará e reúne treze municípios: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari. Todo o território está no semiárido, com base produtiva de agropecuária e serviços e forte dependência de transferências constitucionais e de programas federais.

A escolha atende a dois critérios: o institucional, pois a regionalização oficial é compatível com as bases estatísticas municipais, o que assegura comparabilidade; e o analítico, já que vulnerabilidade climática, baixa diversificação e peso das transferências fazem da região um bom caso para observar como os choques nacionais chegam às economias periféricas (Prodanov; Freitas, 2013).

3.2 Delineamento, fontes e tratamento dos dados

A pesquisa é quanti-qualitativa. A dimensão quantitativa decorre do tratamento estatístico descritivo das séries, com médias anuais, variações percentuais, participações e taxas médias de crescimento, e a qualitativa vem da interpretação desses resultados à luz do debate teórico (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto à natureza é aplicada e, quanto aos objetivos, exploratório-descritiva, pois a leitura integrada das duas escalas é pouco explorada na literatura (Gil, 2010). Quanto aos procedimentos, combina pesquisa bibliográfica, documental, com séries do IBGE e do Banco Central, registros do MTE e legislação econômica do período (Gil, 2008), e ex-post-facto, por recair sobre fatos consumados.

A pesquisa usa exclusivamente dados secundários públicos, organizados em planilhas padronizadas para assegurar reprodutibilidade (Gil, 2002); por essa razão, não foi necessária submissão ao Sistema CEP/CONEP. Na escala nacional, as séries provêm do IBGE (Contas Nacionais Trimestrais, IPCA e PNAD Contínua) e do SGS/BCB (Selic e câmbio); na escala regional, do PIB dos Municípios, encerrado em 2023, e dos vínculos ativos da RAIS e do CAGED, com a informalidade aproximada pela proporção de ocupados informais do Ceará, dada a inexistência de estimativas municipais.

Quadro 1 – Síntese das fontes de dados, recortes e periodicidades

Indicador	Fonte	Recorte e periodicidade
PIB – Brasil	IBGE – Contas Nacionais Trim. (Tab. 5932)	Trimestral; 2014 a 2024 (44 trim.)
PIB – municípios da região	IBGE – PIB dos Municípios (Tab. 5938)	Anual; 2014 a 2023 (último ano disponível)
Inflação (IPCA)	IBGE – Tabela 1737/SIDRA	Mensal; 2014 a 2024 (132 meses)
Taxa básica de juros (Selic)	BCB – SGS, séries 432 e 4189	Diária e mensal; 2014 a 2024
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	BCB – SGS, cotação diária	Diária; 2014 a 2024 (2.762 obs.)
Participação na força de trabalho	IBGE – PNAD Contínua	Trimestral; 1º T/2014 a 4º T/2024
Emprego formal – região	RAIS e CAGED – MTE	Anual; 2014 a 2024 (vínculos ativos)
Ocupados informais – Ceará (proxy)	IBGE – PNAD Contínua (UF)	Trimestral; 2015 a 2024 (29 trim.)

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (SIDRA), Banco Central do Brasil (SGS) e RAIS/CAGED.



Cada base foi reorganizada em painel tabular longitudinal, com identificação de período, indicador e unidade. As séries de frequência superior à anual foram consolidadas: o IPCA pela variação de dezembro contra dezembro, a Selic pela taxa de fim de período e pela média anual da efetiva, o câmbio pela média anual e a participação na força de trabalho pela média dos quatro trimestres.

Para separar crescimento nominal de real, o PIB municipal foi deflacionado pelo IPCA e expresso em reais constantes, procedimento necessário porque a série é divulgada a preços correntes e, com inflação acumulada de 86,1% entre 2014 e 2024, a leitura nominal superestima a evolução do produto. Sobre as séries reais, calcularam-se as variações anuais e o CAGR:

$$\text{CAGR} = [(V_f / V_i)^{1/n} - 1] \times 100$$

em que V_f é o valor final, V_i o valor inicial e n o número de períodos. A medida permite comparar municípios com trajetórias irregulares sem que anos atípicos distorçam o resultado.

Para tornar comparáveis indicadores em unidades distintas, as séries de PIB real, emprego formal e IPCA foram convertidas em variações relativas ao ano-base de 2014 (Bellingieri, 2017). A análise seguiu duas etapas: a agregada, que compara as trajetórias nacional e regional, e a intrarregional, que compara os treze municípios por produto real, emprego formal e taxas médias de crescimento.

3.3 Limitações da pesquisa

O desenho apresenta limitações. A série do PIB dos Municípios encerra-se em 2023, de modo que a análise regional do produto não alcança o último ano do recorte. O IPCA, construído a partir do consumo de famílias urbanas do país, não reflete a cesta predominante no Centro-Sul cearense, subestimando a perda real de poder de compra. Como a PNAD Contínua não divulga estimativas para regiões de planejamento, o mercado de trabalho regional foi aproximado pela RAIS, pelo CAGED e pela proporção estadual de informais. Por fim, a análise descritiva identifica associações, sem estabelecer causalidade.

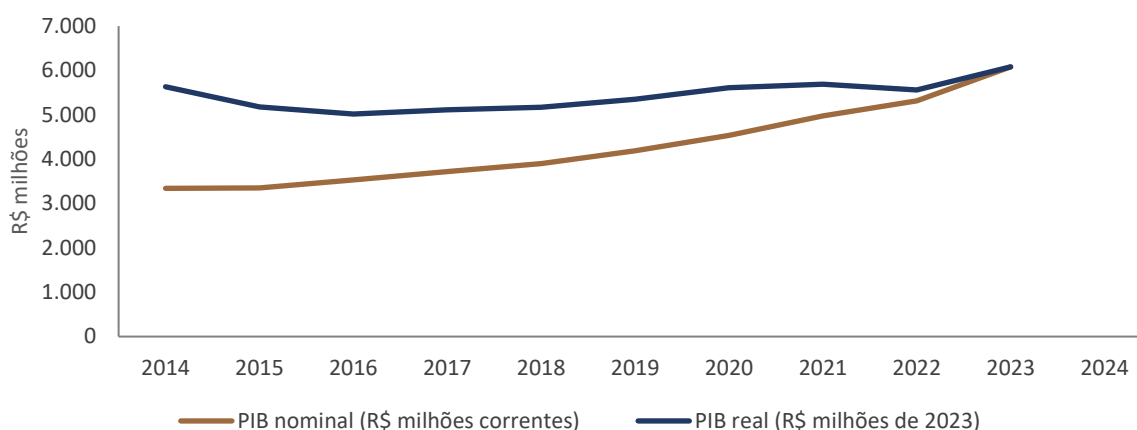
4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Panorama macroeconômico regional (2014–2024)

O PIB regional saltou de R\$ 3,34 bilhões em 2014 para R\$ 6,08 bilhões em 2023, crescimento nominal de 82% (Gráfico 1) que, deflacionado pelo IPCA, reduz-se a 8,0% em nove anos, ou 0,87% ao ano. A distância entre os dois números é o primeiro resultado da pesquisa, pois cerca de nove décimos da expansão registrada na série oficial correspondem a variação de preços, e não a produto. O contraste com a escala nacional é o segundo, já que nos dois anos de recessão, o produto real da região recuou 8,06% e 3,07%, contra 3,5% e 3,3% do país, de modo que o choque de 2015 chegou ao território com mais que o dobro da intensidade com que atingiu a economia brasileira (Tabelas 1 e 4).

Gráfico 1 – PIB nominal e PIB real da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (2014–2023)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (Tabela 5938, 2024).

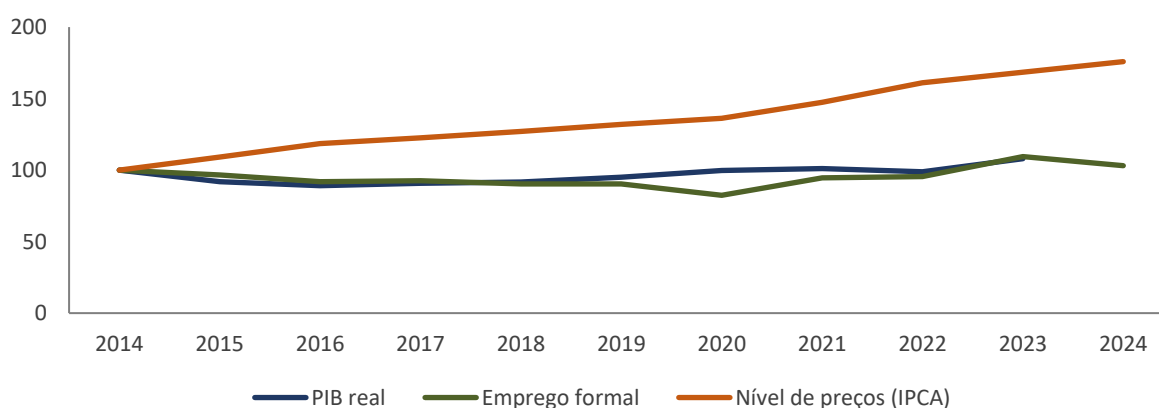


Enquanto a série nominal sobe quase sem interrupção, o PIB real descreve uma curva em “U” prolongado, e a distância entre as curvas amplia-se entre 2020 e 2022, período de inflação elevada. O ponto analiticamente mais relevante, contudo, está em 2022, quando a economia brasileira cresceu 3,8% e o produto real da região caiu 2,24%. A inversão de sinal indica que a região não apenas amplifica o ciclo nacional, como o recebe com defasagem, pois a retomada só alcançou o território em 2023, quando o produto regional avançou 9,35% contra 2,8% do país.

4.2 Índices de evolução: produto, emprego e preços (2014=100)

Tomando 2014 como ano-base (2014=100), produto real, emprego formal e nível de preços tornam-se comparáveis na mesma escala (Bellingieri, 2017). Em 2023, o índice do produto real regional situava-se em 108,0 e o do emprego formal em 109,4, enquanto o nível de preços acumulado pelo IPCA alcançava 166,9 (Gráfico 2), de modo que os preços avançaram cerca de oito vezes mais que o produto e que o emprego no mesmo intervalo.

Gráfico 2 – Índices de evolução do PIB real, emprego formal e IPCA — Região Centro-Sul do Ceará (2014=100)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (Tabela 5938) e RAIS/CAGED (2024).

O padrão que emerge não é de crescimento, mas de oscilação em torno da base, pois ao fim de uma década, produto e emprego formal retornam a menos de dez pontos do nível de 2014, enquanto os preços se deslocam para outro patamar. A leitura conjunta com a Tabela 4 sugere, ainda, que o emprego formal responde de forma mais que proporcional ao produto nas fases de retomada. Em 2021, a alta de 4,83% no produto real veio acompanhada de expansão de 14,75% nos vínculos formais, e em 2023 um avanço de 9,35% correspondeu a 14,57% de emprego. Essa elasticidade elevada é menos sinal de criação de atividades novas do que de



formalização de ocupações já existentes, hipótese reforçada pelo comportamento de 2022, quando o produto real recuou 2,24% e o emprego formal ainda assim cresceu 1,04%.

Tabela 4 – Painel macroeconômico da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (2014–2024)

Ano	PIB nom. (R\$ bi)	Var. PIB real (%)	IPCA (%)	Emp. formal (vínculos)	Var. emp. (%)
2014	3,34	—	6,41	32.903	—
2015	3,35	–8,06	10,67	31.807	–3,33
2016	3,53	–3,07	6,29	30.220	–4,99
2017	3,72	+1,85	2,95	30.430	+0,69
2018	3,90	+1,14	3,75	29.727	–2,31
2019	4,19	+3,56	4,31	29.744	+0,06
2020	4,53	–8,85	4,52	27.110	–8,85
2021	4,98	+4,83	10,06	31.109	+14,75
2022	5,32	–2,24	5,79	31.433	+1,04
2023	6,08	+9,35	4,62	36.014	+14,57
2024	—	—	4,83	33.958	–5,71

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (Tabelas 5938 e 1737) e RAIS/CAGED (2024).

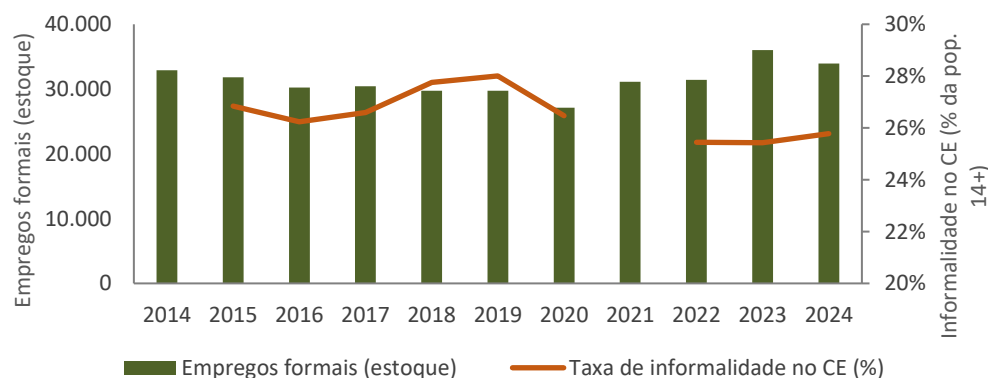
Os anos extremos da série ajudam a separar choque de tendência. Em 2020, a coincidência quase exata entre a queda do produto real e a dos vínculos formais, ambas de 8,85%, sugere que o choque pandêmico atingiu simultaneamente a atividade e o vínculo formal, sem o amortecimento observado na escala nacional. Já em 2023, o pico de +9,35% no produto e de +14,57% no emprego concentrou em um único exercício a recuperação de quase uma década, e a reversão de 2024, com perda de 5,71% dos vínculos, confirma a fragilidade desse ciclo.

4.3 Mercado de trabalho regional e informalidade

O mercado de trabalho regional é dual, com um segmento formal relativamente estável, de servidores públicos e trabalhadores com carteira assinada, e uma ampla base informal. Em 2014, o estoque somava 32.903 empregos formais, erodidos pela recessão de 2015-2016, pelo fraco crescimento de 2017-2019 e pelo choque de 2020, quando caiu a 27.110 vínculos (Alves Filho, 2013). A proporção de ocupados informais no Ceará oscilou entre 24,5% (2023) e 28,5% (2018); nos anos de recessão, os desligados migraram para atividades informais, com efeitos mais severos nos municípios menores (Lima, 2019).

Emprego formal e informalidade movem-se em direções opostas (Gráfico 3). Quando o estoque formal recua (2015, 2016, 2018 e 2020), a informalidade avança; quando ele se expande (2021 a 2023), ela cede. A formalização parece decorrer menos da expansão do mercado e mais da migração de trabalhadores já ocupados precariamente.

Gráfico 3 – Estoque de emprego formal e proporção de ocupados informais na população de 14 anos ou mais do Ceará (2014–2024)

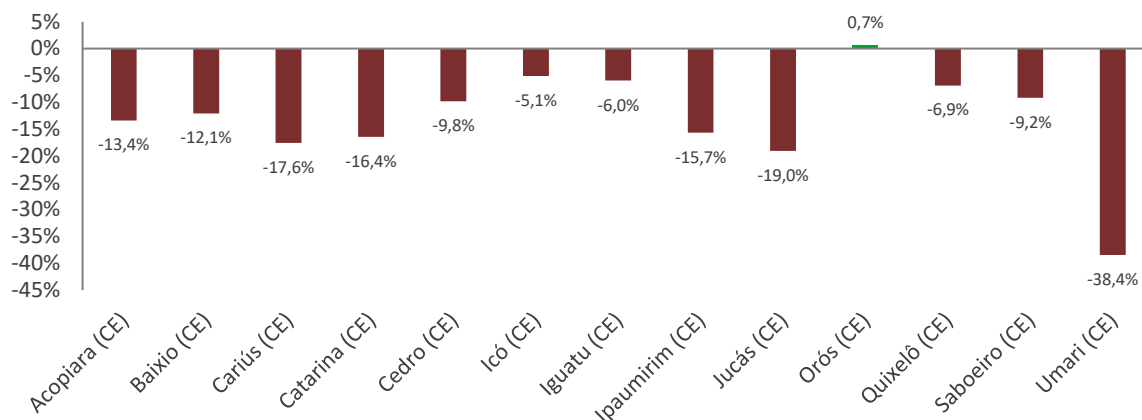


Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED e PNAD Contínua/IBGE (2024).



Isolando 2020, a queda agregada de 8,85% não se distribuiu de modo uniforme entre os municípios, reflexo da composição setorial e da presença do setor público como empregador de última instância (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Choque pandêmico: variação do emprego formal por município na Região Centro-Sul do Ceará (2019→2020)

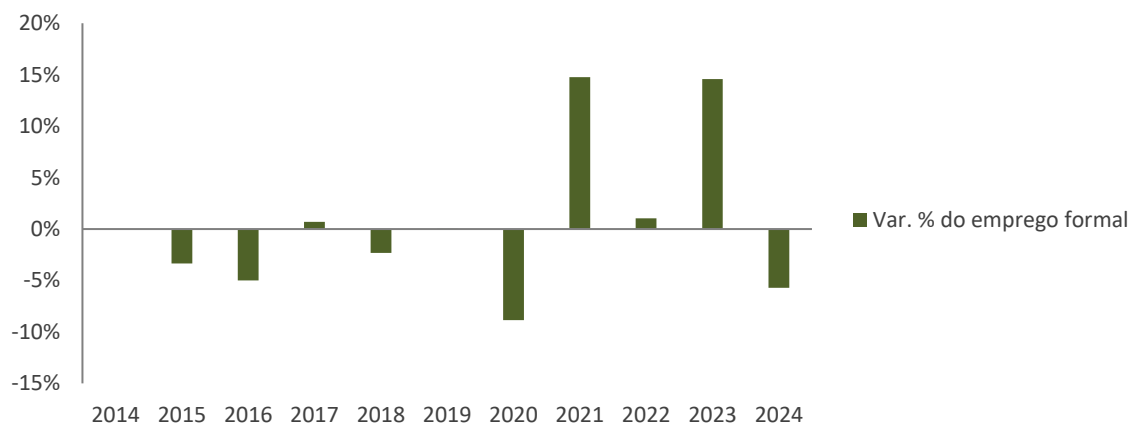


Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED (MTE, 2024).

O choque foi assimétrico, pois municípios com mais empregos no comércio e nos serviços privados registraram as maiores quedas relativas; aqueles com maior peso do emprego público mostraram-se resilientes, o que reforça o argumento de Alves Filho (2013) sobre o setor público como estabilizador automático no interior do Nordeste.

A variação anual do emprego formal em 2015–2024 separa o período em três fases (Gráfico 5): contração gradual de 2015 a 2018, associada à recessão e às reformas trabalhistas; relativa estabilização entre 2018 e 2019; e ciclo de colapso e recuperação entre 2020 e 2023.

Gráfico 5 – Variação anual do emprego formal na Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (2015–2024)



Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED (MTE, 2024).

As três fases sugerem uma leitura que vai além do ciclo. A destruição de vínculos em 2015, 2016 e 2018 antecede a pandemia e indica fragilidade estrutural, e o pico de 2023 devolve o estoque a um patamar 21,1% superior ao de 2019, com reversão já em 2024. O emprego formal não cresceu ao longo da década: apenas alternou destruição e reposição de postos, empurrando trabalhadores para a informalidade a cada ciclo de desligamento.

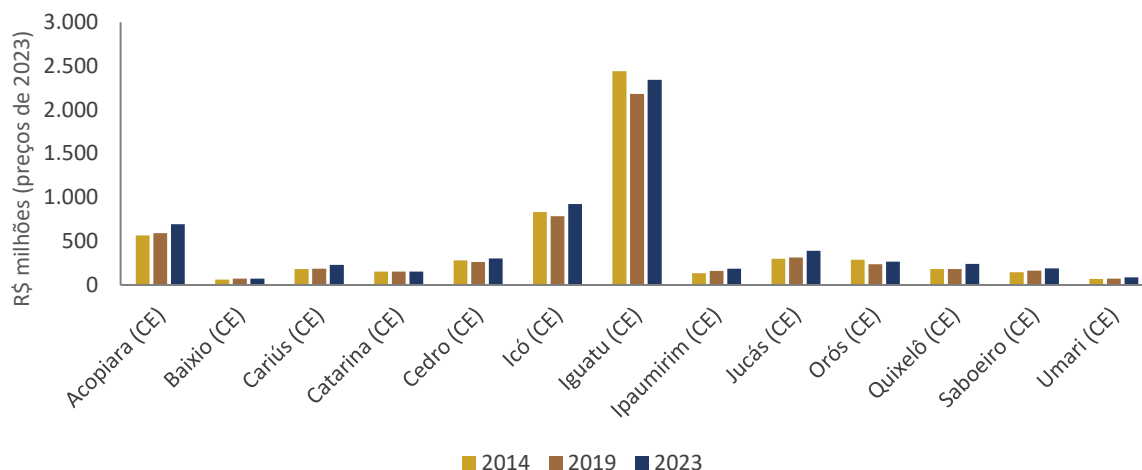
4.4 Heterogeneidade intrarregional: PIB e emprego por município

Os agregados regionais dissimulam heterogeneidade pronunciada, e o caso do polo é o mais revelador. Entre 2014 e 2023, Iguatu perdeu 4,84 pontos percentuais de participação no PIB regional, caindo de 43,35% para 38,51%; entre 2014 e 2024, sua participação no emprego formal subiu de 47,62% para 48,25%. O polo perde peso econômico e ganha peso como empregador formal, combinação que indica especialização em administração pública, comércio

e serviços, e não em atividades produtivas, expressão local do que Bellingieri (2017) descreve como hierarquia urbana que concentra funções sem irradiar produção.

Os cortes de 2014, 2019 e 2023 mostram a estrutura produtiva em movimento (Gráfico 6). Iguatu mantém a liderança, mas perde participação, de 43,35% para 38,51%; Jucás, Quixelô e Ipaumirim ampliam sua fatia; Orós e Catarina estagnam.

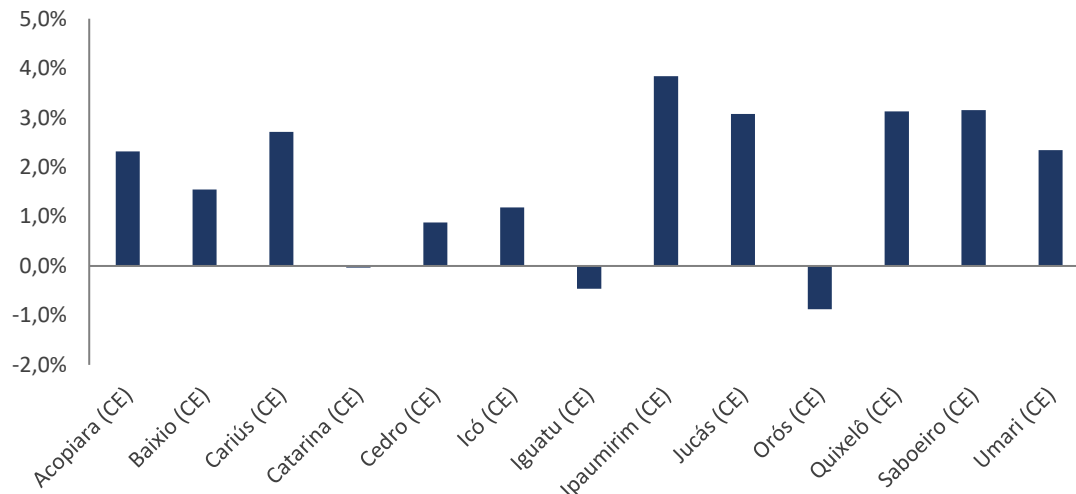
Gráfico 6 – PIB real por município da Região Centro-Sul do Ceará: 2014, 2019 e 2023 (R\$ milhões de 2023)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (Tabela 5938, 2024).

O tamanho absoluto, contudo, conta apenas metade da história, pois, medida em CAGR, a hierarquia dos ritmos pouco se parece com a dos volumes (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Taxa de crescimento anual composta (CAGR) do PIB real por município — Região Centro-Sul do Ceará (2014–2023)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (Tabela 5938, 2024).

A ordem quase se inverte quando o critério passa a ser o ritmo, e não o tamanho, com municípios de pequeno e médio-pequeno porte liderando o CAGR e o polo regional estagnado. Parte do fenômeno é efeito de base, pois acréscimos modestos em valores absolutos produzem taxas elevadas em economias pequenas; a persistência das taxas ao longo de nove anos, porém, sugere expansão efetiva da agropecuária irrigada e o peso crescente das transferências de renda sobre o comércio local (Tabela 5).

Tabela 5 – PIB real por município: participação e crescimento (2014–2023)

Município	PIB 2014 (R\$ mi)	Part. 2014 (%)	PIB 2023 (R\$ mi)	Part. 2023 (%)	CAGR (%)
Iguatu	2.441	43,35	2.342	38,51	-0,46



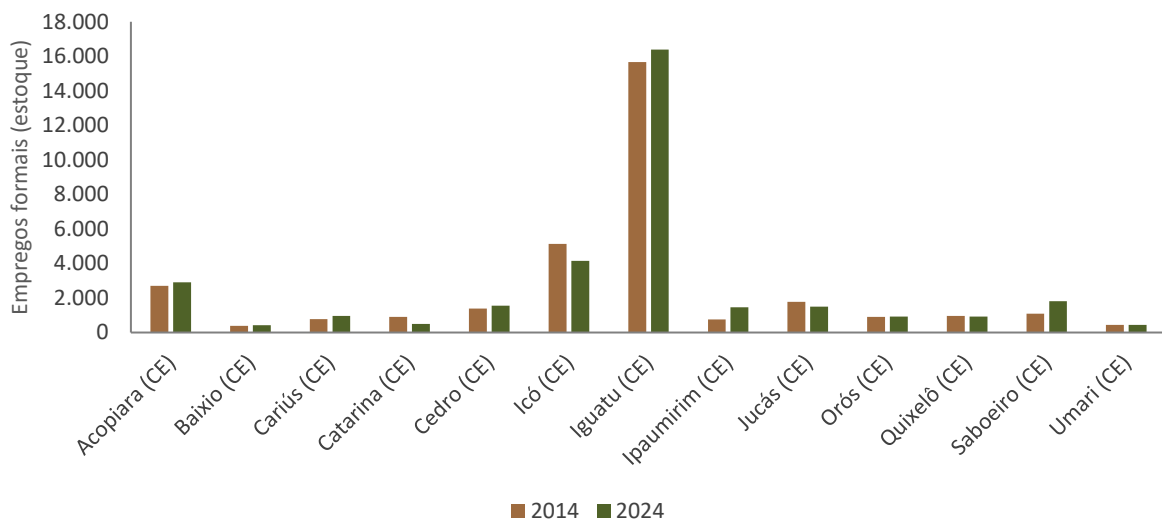
Município	PIB 2014 (R\$ mi)	Part. 2014 (%)	PIB 2023 (R\$ mi)	Part. 2023 (%)	CAGR (%)
Icó	831	14,76	924	15,20	+1,18
Acopiara	564	10,02	694	11,41	+2,31
Jucás	297	5,28	390	6,42	+3,08
Cedro	281	4,99	304	5,00	+0,87
Orós	290	5,15	268	4,41	-0,87
Quixelô	183	3,25	241	3,97	+3,12
Saboeiro	144	2,56	191	3,14	+3,22
Cariús	181	3,21	230	3,78	+2,70
Catarina	152	2,70	152	2,50	-0,01
Ipaumirim	133	2,36	187	3,07	+3,84
Umari	70	1,23	86	1,40	+2,30
Baixio	63	1,12	72	1,19	+1,50
TOTAL	5.631	100,00	6.081	100,00	+0,87

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (Tabela 5938, 2024).

A desconcentração do produto é real, mas tênue, já que os três maiores municípios respondiam por 68,13% do PIB regional em 2014 e por 65,12% em 2023. Três pontos percentuais em nove anos é um ritmo que, mantido, exigiria décadas para alterar a hierarquia regional e, sobretudo, é desconcentração produzida pela estagnação do centro, não pela difusão do crescimento para a periferia.

O emprego formal é ainda mais concentrado que o produto, pois Iguatu detinha 48,25% dos vínculos em 2024 e, somado a Acopiara e Icó, 69,06% do total. A dispersão das variações municipais, porém, é muito maior que a do produto, o que indica que a década redistribuiu vínculos formais sem redistribuir capacidade produtiva (Gráfico 8 e Tabela 6).

Gráfico 8 – Estoque de emprego formal por município na Região Centro-Sul do Ceará: 2014 × 2024



Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED (MTE, 2024).

Tabela 6 – Emprego formal por município: 2014, 2024 e variação

Município	Emp. 2014	Part. 2014 (%)	Emp. 2024	Part. 2024 (%)	Var. (%)
Iguatu	15.670	47,62	16.386	48,25	+4,57
Icó	5.133	15,60	4.158	12,24	-18,99
Acopiara	2.704	8,22	2.911	8,57	+7,65
Jucás	1.777	5,40	1.494	4,40	-15,93
Cedro	1.378	4,19	1.552	4,57	+12,63
Orós	1.092	3,32	1.810	5,33	+65,75
Quixelô	966	2,94	921	2,71	-4,66
Saboeiro	910	2,77	927	2,73	+1,87
Cariús	904	2,75	495	1,46	-45,24
Catarina	783	2,38	964	2,84	+23,12
Ipaumirim	763	2,32	1.462	4,30	+91,61
Umari	440	1,34	450	1,32	+2,27



Município	Emp. 2014	Part. 2014 (%)	Emp. 2024	Part. 2024 (%)	Var. (%)
Baixio	383	1,16	428	1,26	+11,75
TOTAL	32.903	100,00	33.958	100,00	+3,21

Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/CAGED (MTE, 2024).

Dos treze municípios, nove ampliaram o emprego formal entre 2014 e 2024 e quatro o reduziram, e o saldo regional positivo de 1.055 vínculos é a soma de trajetórias opostas, e não um movimento comum. Os avanços concentram-se em municípios de porte médio-pequeno e as maiores perdas, em municípios de base produtiva agrícola menos diversificada.

4.5 Interpretação à luz das teorias do desenvolvimento regional

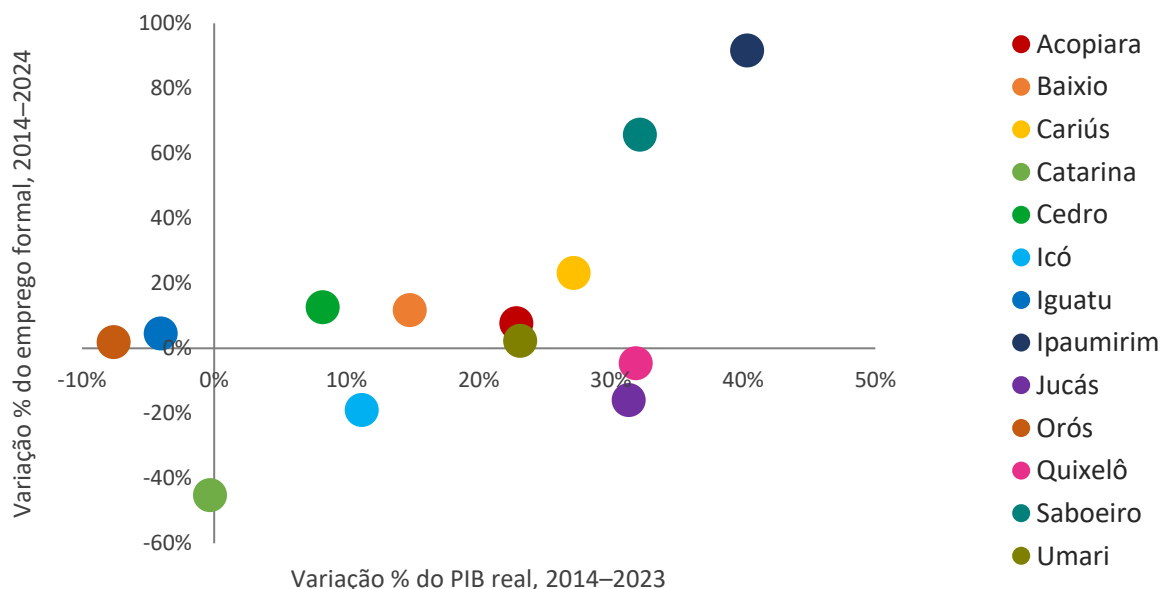
A Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux (1955) e revisitada por Zaleski Neto (2018), pressupõe que municípios-polo irradiem efeitos de encadeamento sobre a hinterlândia. Em Iguatu, a concentração de produto (38,51%) e de emprego formal (48,25%) indica um polo que absorve recursos sem consolidar transbordamentos equânimes.

A Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1957) explica a persistência das assimetrias, pois municípios com mais infraestrutura, capital humano e serviços especializados atraem investimentos que reforçam sua dotação e ampliam o diferencial em relação à periferia, o que ajuda a compreender as maiores quedas de emprego formal em Cariús, Icó e Jucás (Bellingieri, 2017).

Em sentido oposto, o desenvolvimento endógeno formulado por Furtado e reinterpretado por Lima (2019) aponta dinâmicas locais que contrariam a lógica concentradora. Ipaumirim (PIB +3,84%; emprego +91,61%), Quixelô (+3,12%) e Saboeiro (+3,22%) sugerem que recursos endógenos, como água, aptidão agrícola e redes de cooperação, geram crescimento acima da média sem grandes empreendimentos.

O cruzamento entre crescimento do PIB real e do emprego formal sintetiza essa diversidade (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Tipologia municipal: crescimento do PIB real × crescimento do emprego formal (2014–2023)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (Tabela 5938) e RAIS/CAGED (2024).

O cruzamento organiza os municípios em quatro situações, e apenas uma corresponde ao que se esperaria de desenvolvimento. No quadrante de crescimento inclusivo destacam-se Ipaumirim e Acopiara (+2,31%; +7,65%); no de crescimento sem emprego formal, Quixelô (+3,12%; -4,66%) e, de forma extrema, Cariús (+2,70%; -45,24%), onde a expansão do produto conviveu com a destruição de quase metade dos vínculos. Em sentido inverso, Orós combina forte alta do emprego formal (+65,75%) com produto real em queda (-0,87% ao ano),



padrão compatível com ampliação de quadros públicos sem contrapartida produtiva. Por fim, Iguatu e Catarina reúnem estagnação real e variação modesta do emprego. A tipologia mostra que crescimento econômico e inclusão produtiva foram simultâneos em poucos municípios e que a natureza do crescimento difere mais entre eles do que a sua intensidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou a conjuntura macroeconômica brasileira entre 2014 e 2024 e sua repercussão nos indicadores de crescimento, inflação e mercado de trabalho dos treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará. A comparação sistemática entre as duas escalas mostrou que a região reproduz a direção dos movimentos nacionais, mas não a sua intensidade nem o seu tempo, pois os choques chegam com defasagem, são amplificados onde a base produtiva é menos diversificada e amortecidos onde o setor público responde por parcela maior do emprego formal.

Quanto aos dois primeiros objetivos, a desaceleração iniciada ao final do governo Dilma, aprofundada pela recessão de 2015-2016 e pelo ajuste fiscal do governo Temer, comprometeu de forma duradoura a trajetória de crescimento. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e a Reforma Trabalhista de 2017 alteraram de modo permanente as margens de atuação do Estado e as formas de contratação, e o período seguinte não recompôs o dinamismo perdido. A retomada iniciada em 2022, condicionada pela política monetária, perdeu fôlego em 2024, quando o estoque regional de vínculos formais recuou 5,71%.

No terceiro objetivo, a análise regional revelou um descolamento persistente entre crescimento nominal e crescimento real, pois quase toda a expansão registrada na série oficial foi inflação, e não produto. O emprego formal encerrou a década praticamente no nível de 2014, após dois ciclos completos de destruição e reposição de postos, enquanto a informalidade moveu-se em sentido contrário ao do emprego com carteira, o que sustenta a hipótese de que a formalização dos anos de retomada resultou menos da criação de novos postos do que da migração de trabalhadores já ocupados precariamente.

A dimensão intrarregional produziu o resultado mais relevante. O polo perdeu participação no produto enquanto ampliava a sua no emprego formal e registrou crescimento real negativo, sinal de um centro que concentra funções administrativas e de serviços sem irradiar produção, ao passo que os municípios de menor porte lideraram o crescimento do período. O resultado é teoricamente ambivalente, pois a persistência da hierarquia urbana dá razão às leituras de Perroux (1955) e Myrdal (1957), enquanto o dinamismo da periferia dialoga com o desenvolvimento endógeno de matriz furtadiana (Lima, 2019). A tipologia por quadrantes mostra, ainda, que produto e emprego formal cresceram juntos em poucos municípios, indicando que crescimento econômico e inclusão produtiva não foram simultâneos na maior parte do território.

Conclui-se que a compreensão do desenvolvimento regional exige articular explicitamente as escalas nacional e local, pois os agregados nacionais dissimulam heterogeneidades intrarregionais capazes de inverter o sentido da interpretação. Políticas uniformes de estímulo tendem a reforçar a posição do polo já consolidado; o quadro observado recomenda instrumentos diferenciados, sensíveis à estrutura produtiva de cada município, à sua dependência de transferências constitucionais e ao peso do emprego público como estabilizador automático.

Para as etapas seguintes do Projeto de Iniciação Científica, e considerando as limitações já apontadas na seção 3.3, sugerem-se estudos de caso nos municípios de maior dinamismo relativo, a incorporação de dados setoriais de valor adicionado, a construção de um deflator regional aproximado e a atualização da análise à medida que novas séries municipais sejam divulgadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALVES FILHO, Mansueto. Federalismo fiscal e desenvolvimento regional no Brasil. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (org.). **Brasil em desenvolvimento 2013**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013. v. 1, p. 81-102.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 71, p. 77-110, jan./abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)**: série 432 – Taxa de juros Selic meta; série 4189 – Taxa de juros Selic efetiva; taxa de câmbio nominal R\$/US\$. Brasília: BCB, 2025.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 19, n. 37, p. 6-34, ago. 2017.

BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando. **A crise de crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. Disponível em: https://people.ufpr.br/~jrgarcia/macroeconomia_ecologica/Livros/A%20crise%20de%20crescimento%20do%20Brasil%20-%20trechos.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e legislação correlata, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021**. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

CORSI, Francisco Luiz. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015–2018). **Perspectivas**, Araraquara, v. 52, p. 29-46, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13231>. Acesso em: 11 ago. 2026.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, maio/ago. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 1737**: IPCA – série histórica com número-índice, variação mensal e variações acumuladas. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 5932**: taxa de variação do índice de volume trimestral do PIB. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 5938**: produto interno bruto a preços correntes dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**: taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**: base de dados macroeconômicos, regionais e sociais. Brasília: Ipea, 2024.

LIMA, Luiz Cruz. Desenvolvimento endógeno: uma releitura a partir da obra de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 24, p. 51-71, jan./jun. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**: estoque de vínculos formais por município. Brasília: MTE, 2024.

MONTEIRO, Priscila Kaiser. **Política fiscal e crise econômica**: uma análise sobre o governo Dilma Rousseff. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/182256>. Acesso em: 11 ago. 2026.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth & Co., 1957.

OREIRO, José Luis. Uma análise da economia no governo Lula 3. **Le Monde Diplomatique**, 1 jul. 2025.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. **Économie Appliquée**, Paris, t. 8, n. 1-2, p. 307-320, 1955.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, João Bosco Mousinho. **A crise econômica do governo Dilma Rousseff**: as interpretações ortodoxa, novo e social-desenvolvimentista. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5526>. Acesso em: 11 ago. 2026.

SANTANA, Priscila Martins de O.; COSTA, Laíse Stefany Santos. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2017. Disponível em: https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-06/retrospectivas_%25202017.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MIGUEL, Luís Felipe; FILGUEIRAS, Luiz. O terceiro governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 1-10, e023024, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.55403>.

VAZQUEZ, Daniel Arias; SCHLEGEL, Rogerio. Do Bolsa Família ao Arcabouço Fiscal: perspectivas sobre a agenda social do terceiro Governo Lula. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 7, e00108623, 2023.

ZALESKI NETO, João. Redes e hierarquias urbanas no planejamento regional. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 50, p. 113-140, jan./jun. 2018.